



CONSULTA PRÉVIA

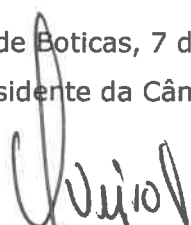
EXECUÇÃO DAS ANÁLISES DE ÁGUA PREVISTAS NO PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA

CADERNO DE ENCARGOS

Documento composto por 9 páginas, numeradas de 1 a 9.

Câmara Municipal de Boticas, 7 de março de 2018

O Presidente da Câmara


(Fernando Queiroga)

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **EXECUÇÃO DAS ANÁLISES DE ÁGUAS PREVISTAS NO PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA.**

Cláusula 2ª

Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviços um valor total até Vinte e oito mil euros (28.000,00€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Este valor corresponde ao preço base do concurso.

Cláusula 3.ª

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, que deve conter, sob pena de nulidade, os elementos descritos no n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. O contrato mantém-se em vigor desde a sua celebração até à data de 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 5ª

Forma de prestação do serviço

1 - O adjudicatário deverá entregar um cronograma, onde constará uma calendarização das análises a realizar e respetivos pontos de amostragem por cada zona de abastecimento.

2 - O adjudicatário deverá executar os trabalhos integrantes da prestação de serviços com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, competência, independência e zelo. Deverá garantir o sigilo da informação obtida, quer por si próprio quer pelo pessoal envolvido nos trabalhos (que à mesma venha a ter acesso), comprometendo-se igualmente a não a utilizar para outros fins diferentes dos da adjudicação, e cumprir as condições fixadas para a execução dos trabalhos, sujeitando-se à fiscalização da Câmara Municipal de Boticas e prestar todas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula 6ª

Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 7ª

Condições de pagamento

1 - A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela Câmara Municipal, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da

obrigação respetiva.

2 - Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 8.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, a Câmara Municipal de Boticas pode exigir do prestador de serviços o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.

2 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Boticas decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

3 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Boticas tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4 - A Câmara Municipal de Boticas pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Boticas exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.

Cláusula 9.ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7 – Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de 1 (um) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Gestor do Contrato

1 - Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi designado como gestor, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato o Senhor Eng.º Óscar Lucas, Chefe de Divisão Municipal.

2 - Em casos específicos definidos no artigo supra referido, nomeadamente, contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que lhe sejam definidas pelo contraente público, o gestor do contrato deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao presente contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a sua execução financeira, técnica e material do contrato.

3 - Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem adequadas.

Cláusula 11.ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do Código dos Contratos Públicos, a Câmara Municipal de Boticas pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a) Atraso na conclusão dos serviços contratualizados superior a dez dias;
- b) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos ou nos respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;
- c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2 - O prestador de serviços pode resolver o contrato mediante o recurso à via judicial.

Cláusula 13.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 - A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.
- 2 - No caso da subcontratação, o adjudicatário permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

Cláusula 14.^a

Caução e seguros

- 1 - A Câmara Municipal pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção, a título de caução, de até 10% do valor dos pagamentos.
- 2 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes ao exercício da atividade e a que legalmente esteja obrigado.
- 3 - O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo que lhe for fixado.

Cláusula 15.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriado.

Cláusula 18ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto na redação atual do Código dos Contratos Públicos e demais legislação subsidiária.

Cláusula 19ª

Especificações Técnicas

19.1 Disposições Gerais

O presente Caderno de Encargos refere-se à prestação de serviços que a Câmara Municipal de Boticas pretende contratar para efetuar a **“Execução das Análises de Água previstas no Programa de Controle de Qualidade de Água”**.

O adjudicatário assume responsabilidade com o controlo da qualidade da água, tendo em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, que define o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, com as devidas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro.

O adjudicatário deverá garantir rigoroso sigilo quanto a informações que os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento, relacionado com este serviço.

19.2 Âmbito

19.2.1 Colheita e Transporte de Amostras

A colheita de amostras deverá ser realizada pelo Laboratório adjudicatário e acompanhado por um funcionário designado pela Câmara Municipal, seguindo a recomendação ERSAR n.º 1/2017 - Procedimento para a colheita de amostras de água para consumo humano em sistemas de abastecimento.

O adjudicatário deverá providenciar o transporte, com as devidas condições, após a recolha de amostras, desde o Concelho de Boticas até ao Laboratório.

A recolha das amostras das águas residuais, deverá ser feita ao efluente tratado, recorrendo-se a uma análise composta ao longo de 24 horas.

19.2.2 Comunicação de Incumprimentos

A comunicação de incumprimentos dos valores paramétricos terá de respeitar o descrito no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto.

As situações de incumprimento detetadas nos valores paramétricos, deverão ser comunicadas preferencialmente por via electrónica, através de email ao responsável pelo controlo de qualidade da Câmara Municipal de Boticas (oscar@cm-boticas.pt) podendo também ser comunicadas via fax através do n.º 276410201.

19.2.3 Condições de Aceitação e Rejeição de Amostras

Se nos procedimentos do Laboratório estiverem estabelecidas condições de aceitação e/ou rejeição de amostras em função do ensaio a realizar, deverá o adjudicatário especificar sobre os critérios que definem essas mesmas condições, devendo ficar clarificados posteriormente no contrato a realizar.

19.2.4 Ensaio de Verificação Periódica do Equipamento Portátil de Medição do Desinfetante Residual

O adjudicatário deverá incluir a descrição das condições de verificação do equipamento portátil de medição do desinfetante residual no local, bem como a respetiva periodicidade.

19.2.5 Elaboração do IDQA

Ao adjudicatário cabe ainda a introdução dos dados no ficheiro IDQA e reencaminhamento à Câmara Municipal de Boticas, de forma a ser validado e submetido à ERSAR – Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos.

